



## **EIXO 11: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA OS DESAFIOS DO ENSINO NO SÉCULO XXI**

### **AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA NO LONGO SÉCULO XX**

**Luciane Mônica Gonçalves Mansano**

UNIFESP

[luciane.monica@unifesp.br](mailto:luciane.monica@unifesp.br)/ [luciane.lumonica@hotmail.com](mailto:luciane.lumonica@hotmail.com)

#### **Resumo**

Esse artigo acadêmico tem como objetivo compreender na perspectiva da Pedagogia Histórico Crítica, a formação de professores no contexto das reformas educacionais brasileiras no longo século XX. Essa periodização foi proposta por Saviani (2006) e faz parte da organização temporal proposta pelo autor, a fim de organizar o estudo da trajetória da educação no Brasil. Desde a proclamação da República em 1889, até a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001, diversas reformas foram implementadas e na maioria delas, a formação de professores foi considerada. A Pedagogia Histórico Crítica parte da realidade concreta dos sujeitos, articulando os conhecimentos sistematizados e historicamente produzidos às necessidades da classe trabalhadora, com vistas à superação das desigualdades sociais. Segundo o Saviani (2008, p. 45), a educação deve promover o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, pois “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.”. Para isso, a prática pedagógica deve estar organizada e comprometida com a elevação da consciência e humanização dos sujeitos, evidenciando que o acesso aos conteúdos escolares não é apenas um direito, mas condição fundamental para a transformação da realidade objetiva e subjetiva dos educandos. A Pedagogia Histórico-Crítica propõe uma educação que reconhece o conhecimento como prática social e aposta na capacidade dos sujeitos de se apropriarem criticamente da cultura acumulada, transformando-a e sendo transformados por ela, num movimento contínuo de emancipação e desenvolvimento humano. As reformas educacionais são propostas de mudanças na estrutura, na metodologia e nas metas do sistema educacional, que envolvem

alterações nos currículos escolares, nos projetos de formação de professores, de financiamento, de gestão e de avaliações educacionais. São movimentos carregados de interesses e ideologias, que integram os fundamentos das políticas educacionais para determinados projetos de sociedade (Ball, 2013). Na Primeira República a formação docente era amparada pela Lei das Primeiras Letras, sendo responsabilidade dos professores sua qualificação (Saviani, 2009). Em 1890, com a Reforma Paulista traz a ampliação dos currículos dos cursos de formação docente e incorporação das escola-modelo. No mesmo ano, a criação dos grupos escolares estabelece a escolarização em massa, a universalização da educação popular e a intenção de levar o Brasil ao patamar dos países desenvolvidos (Souza, 2006). Na década de 1920, os princípios e fundamentos escolanovistas estimulam as críticas aos padrões de escola normal vigente. As escolas passam a ser vistas como instrumento de participação política e a educação se manifesta como campo propício às propostas e pressupostos da educação emancipadora de Marx e Gramsci. Os debates ressaltam a importância da formação docente como possibilidade de acesso à educação para a emancipação e autonomia do ser humano (Silva, 2011). Apesar dos intensos debates, não era evidente qualquer perspectiva de transformação significativa das instituições formadoras de professores. Havia um discurso progressista, mas a concepção conservadora visando o progresso econômico e a ordem social era mais contundente (Pereira, 2020). Com a criação dos Institutos de Educação e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) a proposta é de renovação pedagógica baseada em métodos científicos e maior valorização do magistério. Contudo, os movimentos não rompem com a lógica da manutenção da ordem social, exaltando a tendência liberal renovada progressista (Gadotti, 2003). Nos anos 1940, a Reforma Capanema (1942) e a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) reorganizam os cursos normais, estendendo sua duração e incorporando estágios e disciplinas pedagógicas. Ainda assim, mantêm-se distantes de uma formação crítica voltada à transformação da realidade. A Ditadura Militar aprofunda o tecnicismo educacional, e a formação docente passa a ser marcada por uma racionalidade instrumental, como evidenciado na LDB n. 5.692/71, que instrumentaliza o ensino para atender às demandas econômicas (Saviani, 2009). Com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a promulgação da LDB n. 9.394/96, abre-se espaço para uma concepção mais ampla da formação docente, com ênfase na

valorização profissional e na formação em nível superior. Entretanto, essa LDB carrega contradições, pois articula avanços legais com uma orientação neoliberal que fragiliza o caráter crítico e emancipador da formação docente. A condição da normativa compromete a formação de um professor consciente de seu papel na construção da educação comprometida com a superação das desigualdades e a humanização dos sujeitos (Borges; Aquino; Puentes, 2011). O Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001) estabelece metas importantes para a formação de professores: exigência de curso superior e a oferta de formação continuada. Apesar de representar avanço, sua implementação enfrenta entraves estruturais, como o subfinanciamento e a ausência de políticas públicas comprometidas com a valorização docente e a superação das desigualdades regionais (Saviani, 2009). A metodologia escolhida para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, seguida da análise e reflexão apoiados nos pressupostos da Pedagogia Histórico Crítica. A evidência é de que as reformas educativas implementadas no Brasil no período indicado vieram com propostas de atendimento da demanda e planejamento de estratégias para o desenvolvimento da educação. A formação de professores e o trabalho docente sempre foram impactados pelas reformas, e vieram carregadas de interesses ideológicos, sociais e políticos da classe dominante. Areladas ao discurso de progresso do país e adaptação da educação para o atendimento deste progresso, a formação de professores foi muitas vezes baseada em modelos conservadores, tecnicistas e no final do século XX sustentou-se na racionalidade neoliberal. As reformas educacionais implementadas no Brasil parecem ter contribuído de forma limitada para a formação de um docente capaz de compreender as múltiplas determinações das condições sociais e de desenvolver uma visão sintética e crítica da realidade. Há uma perspectiva de formação docente ideal, porém não foi priorizada significativamente a formação integral dos indivíduos, especialmente no que se refere à apropriação dos conhecimentos sistematizados e historicamente produzidos pela humanidade tanto na formação docente quanto na educação da população.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Pedagogia Histórico Crítica; Reformas Educacionais.

## Referências



BALL, Stephen J. **The Education Debate**. 2.ed. Bristol: Bristol University Press, 2013. 270 p.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez; PUENTES, Roberto Valdés. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: história, políticas e perspectivas. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas - Sp, v. 42, n. 0, p. 94-112, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868/7431>. Acesso em: 07 maio 2025.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. 325 p. Disponível em: [https://moodle.passofundo.ifsul.edu.br/pluginfile.php/111649/mod\\_resource/content/1/Moacir%20Gadotti%20-%20Hist%C3%B3ria%20das%20id%C3%A9ias%20pedag%C3%B3gicas%20%28ocr%20version%29-Editora%20%C3%81tica%20%282003%29.pdf](https://moodle.passofundo.ifsul.edu.br/pluginfile.php/111649/mod_resource/content/1/Moacir%20Gadotti%20-%20Hist%C3%B3ria%20das%20id%C3%A9ias%20pedag%C3%B3gicas%20%28ocr%20version%29-Editora%20%C3%81tica%20%282003%29.pdf) . Acesso em: 07 maio 2025.

PEREIRA, Sueli Menezes. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 271-292, 2020. Quadrimestral. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-78062020000100016&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-78062020000100016&script=sci_arttext) . Acesso em: 02 maio 2025.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do breve século XIX. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX**. Campinas - SP: Autores Associados, 2006. p. 07-32.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008. 160 p. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l], v. 14, n. 40, p. 143-155, jan. 2009. Quadrimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm> Acesso em: 08 maio 2025.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. A formação de professores na perspectiva crítico-emancipadora. **Linhas Críticas**, Brasília - DF, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v17n32/v17n32a03.pdf>. Acesso em: 04 maio 2025.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da Civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX**. Campinas - SP: Autores Associados, 2006. p. 34-79.